

Guiné-Bissau

Em 2015, foram mínimos os progressos da Guiné Bissau no sentido de eliminar as piores formas de trabalho infantil. O governo começou a investigar um potencial caso de tráfico de crianças e eliminou taxas de matrícula escolar. Contudo, as crianças na Guiné-Bissau estão envolvidas no trabalho infantil, incluindo na agricultura e nas piores formas de trabalho infantil, nomeadamente a mendicância forçada. O governo não definiu os tipos de trabalho perigoso interdito para crianças. O governo não ofereceu aos agentes da polícia a formação e os recursos necessários para monitorizar, investigar e processar com eficácia os casos de trabalho infantil. Ademais, o governo não envidou quaisquer esforços no sentido de implementar o Plano de Acção Nacional para o Tráfico.

Com base no relatório, sugerem-se acções que avançariam a eliminação do trabalho infantil, incluindo as suas piores formas, na Guiné Bissau.

Área	Acção sugerida	Ano(s) sugerido(s)
Quadro jurídico	Garantir que todas as crianças sejam protegidas no âmbito da lei, incluindo crianças que trabalham por conta própria ou em trabalho não remunerado.	2015
	Definir os tipos de trabalho perigoso interdito a crianças, em consulta com as organizações das entidades empregadoras e os trabalhadores.	2009 – 2015
	Garantir que o quadro jurídico defina penalidades por posse e distribuição de pornografia infantil.	2013 – 2015
	Garantir que os 9 anos de ensino básico obrigatório sejam gratuitos.	2015
	Disponibilizar ao público o Código da Criança, Lei N.º 3/80, Decreto N.º 20/83 e a Lei N.º 4/99.	2014 – 2015
Fiscalização	Disponibilizar publicamente os dados dos órgãos de aplicação da lei, incluindo informações relacionadas com o financiamento de inspecções laborais e a capacidade da Inspeção-Geral de emitir penalidades; o número e tipo de inspecções laborais realizadas e o respectivo mecanismo de denúncia, assim como o número de infracções identificadas no processo de investigação criminal; e os mecanismos de encaminhamento entre os órgãos de inspeção laboral e de aplicação da lei e os prestadores de serviços de bem-estar social.	2009 – 2015
	Garantir que um número suficiente de agentes da polícia recebam a capacitação e os recursos necessários para que possam inspeccionar, investigar e processar casos de trabalho infantil.	2009 – 2015
Coordenação	Certificar-se de que o Comité Directivo Interministerial sobre o Tráfico se reúna regularmente para coordenar os esforços de combate ao tráfico de seres humanos.	2014 – 2015
Políticas do governo	Ampliar o registo grátis de nascimentos para todas as crianças para incentivar um maior número de matrículas no ensino primário e secundário.	2014 – 2015
	Integrar as estratégias de eliminação e prevenção do trabalho infantil nas políticas existentes.	2013 – 2015
	Garantir a implementação do Plano Nacional de Acção para o	2014 – 2015

Departamento do Trabalho dos EUA
Constatações sobre as piores formas de trabalho infantil, Guiné Bissau 2015

Tráfico.		
Programas sociais	Publicar os resultados integrais do inquérito nacional sobre trabalho infantil.	2013 – 2015
	Elaborar programas de bem-estar social para assegurar que taxas informais não obstruam o acesso à educação.	2011 – 2015
	Aumentar o financiamento para abrigos temporários para garantir que as instalações contem com os necessários recursos para atenderem crianças vítimas de tráfico.	2015
	Ampliar os actuais programas voltados a lidar com a abrangência do problema do trabalho infantil.	2009 – 2015